

RECOMENDAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DO OE 2014

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) leu com atenção o esclarecimento prestado ontem pelo Ministério de Educação e Ciência (MEC) relativamente às instruções transmitidas às universidades para a preparação do Orçamento do Estado para 2014 (OE 2014). Contudo, o CRUP não pode deixar de registar a invocação de razões prudenciais para, pela primeira vez na curta história da autonomia universitária portuguesa, justificar uma interferência direta e detalhada do Governo na elaboração dos orçamentos de receitas próprias das universidades, que sempre foram elaborados com toda a prudência. Esta é uma interferência que não compreende nem pode aceitar, pois não há razões para essa desconfiança.

O CRUP tem reiteradamente defendido um empenhamento das universidades públicas no esforço de contenção orçamental e no equilíbrio das finanças públicas do país. Por essa razão, o CRUP recomenda às universidades públicas que o integram o seguinte procedimento relativamente à elaboração do OE 2014:

1. Aumento da contribuição patronal para a Caixa Geral de Aposentações para 23,75%;
2. Previsão das receitas próprias de acordo com as estimativas planeadas, justificando os montantes que eventualmente ultrapassem o valor da receita cobrada em 2012;
3. Redução, sempre que possível, das despesas a realizar com receitas próprias ou consignadas, em conformidade com a orientação recebida da DGPGF no dia 21 de agosto;
4. Adoção de um quadro global para o OE 2014 compatível com as regras contabilísticas e de boa gestão recomendadas pelo Fiscal Único de cada universidade.

Estas recomendações permitem ultrapassar os condicionalismos de âmbito geral indicados pelo Ministério das Finanças, divergentes das práticas de autonomia universitária que têm reconhecidamente produzido resultados positivos.



O CRUP recorda, ainda no âmbito do orçamento de 2013, a necessidade de se proceder à descativação dos 2,5% sobre as remunerações certas e permanentes, bem como o ressarcimento integral do 14º mês, decisões que, se não forem adotadas, introduzirão ruturas na gestão financeira das universidades ainda em 2013.

O CRUP insistirá na importância que coloca nas audiências solicitadas ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Ministro da Educação e Ciência, no sentido de revelar a situação de asfixia em que se encontram as universidades públicas portuguesas, designadamente no ano de 2013, e nas orientações para a elaboração do orçamento de 2014, a qual indicia uma inexplicável quebra de confiança da parte do Governo em relação ao sistema universitário que em nada tem contribuído para o agravamento da crise financeira e que tudo fará para manter o essencial da sua missão.

Lisboa, 28 de agosto de 2013